

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.975 - SP (2019/0016680-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **HEITOR STOLF JACINTHO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **HAROLDO COSTA JACINTO - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **ALONSO SANTOS ALVARES - SP246387**
 ANDRESSA PORTO KWOK - SP404700
 ISABELLA NEY QUEVEDO - SP415869
AGRAVADO : **MARIA APARECIDA DA CONCEICAO ZUFFO**
ADVOGADOS : **RODRIGO AUGUSTO DE LIMA EÇA - SP332315**
 MARCOS APARECIDO DOS SANTOS - SP329613

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por HEITOR STOLF JACINTHO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

Apelação cível - Ação de obrigação de fazer - Outorga de escritura pública definitiva - Quitação do preço - Pretensão de condenação do requerido à outorga de escritura pública - Relação jurídica incontroversa - Falta de impugnação específica e ausência de demonstração de fatos impeditivos ou extintivos do requerente.

Recurso conhecido em parte e na parte conhecida não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 373 do Código de Processo Civil.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: " Ocorre que, conforme se verifica nos autos, a Recorrente não juntou contrato algum para que fosse declarada sua validade ou existência, ou sequer para comprovar suas alegações de compra e venda dos lotes. Desta feita, resta claro a inviolabilidade ao artigo 373 do Código de Processo Civil, pois a Recorrida não juntou provas que demonstrasse a realização do negócio jurídico entre as partes. Como demonstrado, não existem provas que provam os fatos constitutivos do direito da Recorrida quando à aquisição aos lotes, ou seja, juntou apenas comprovantes de pagamentos aleatórios, onde sequer existe um contrato ou qualquer outro papel que demonstre que realmente o negócio aconteceu."

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 345-348.

É o relatório.

DECIDO.

2. No que se refere à prova produzida nos autos, esclareço que, como destinatário final, cabe ao Juízo a quo, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento, tendo-o feito no seguinte sentido: " Analisados os autos, os documentos apresentados pela requerente demonstram o pagamento referente ao valor de entrada e demais parcelas

referentes a aquisição dos lotes nº 41 e 42 pertencentes ao loteamento denominado “Arujamérica”, registrados no Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel- SP, fls. 15/19, bem como recibos referentes ao pagamento das despesas e taxas de conservação (fl. 80) e IPTU (fl.107/131). Desse modo, restou incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes, sobretudo, ante a falta de impugnação específica a respeito dos documentos apresentados pela requerente (fls. 21/210). Nem mesmo a alegação de ausência de contrato é capaz de infirmar o entendimento adotado, visto que, a comprovação do preço pago pela requerente não foi impugnada, como bem pontuado pelo MM Juízo...Quanto à questão referente ao ônus decorrente do pagamento das despesas de compra e venda (escritura e registro), cumpre destacar, que o tema não foi objeto da ação ou mesmo restou consignada na r. sentença recorrida. Mesmo porque o artigo 490 do CC é expreso ao estabelecer a quem cabe o encargo.”.

Verifica-se que as conclusões do Tribunal de origem apontadas acima, no tocante ao ônus da prova, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERDITO PROIBITÓRIO.CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 83/STJ. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 7/STJ.VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. 2. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que não há que se falar em cerceamento de defesa se a parte, intimada para fase de especificação de provas, ficou-se inerte. 3. O Tribunal de origem, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, entendeu que os documentos trazidos na apelação pela parte não eram novos, de modo que poderiam ter sido trazidos em momento oportuno.

4. Infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1163892/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO),
QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

